

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	43
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	44
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	45
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	46
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	926.430.737
Preferenciais	0
Total	926.430.737
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.854.538	1.819.764
1.01	Ativo Circulante	50.368	44.045
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	21.036	12.230
1.01.03	Contas a Receber	22.723	25.887
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	22.723	25.887
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.215	2.224
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.215	2.224
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.024	3.443
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	370	261
1.01.08.03	Outros	370	261
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedores	153	0
1.01.08.03.02	Outros Créditos	217	261
1.02	Ativo Não Circulante	1.804.170	1.775.719
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	163.128	154.604
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	24.260	24.767
1.02.01.01.03	Aplicação Financeira Vinculada	24.260	24.767
1.02.01.03	Contas a Receber	0	1.123
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	1.123
1.02.01.06	Tributos Diferidos	112.090	102.564
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	112.090	102.564
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	7.221	7.675
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	19.557	18.475
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	19.557	18.475
1.02.03	Imobilizado	4.488	4.615
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.488	4.615
1.02.04	Intangível	1.630.070	1.609.043
1.02.04.01	Intangíveis	1.630.070	1.609.043
1.02.05	Diferido	6.484	7.457

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.854.538	1.819.764
2.01	Passivo Circulante	212.607	211.518
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.926	6.786
2.01.01.01	Obrigações Sociais	7.926	6.786
2.01.02	Fornecedores	17.318	25.477
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	17.318	25.477
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.941	4.936
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.941	4.936
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	56.671	54.378
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	56.691	54.400
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	56.691	54.400
2.01.04.02	Debêntures	-20	-22
2.01.05	Outras Obrigações	46.261	46.036
2.01.05.02	Outros	46.261	46.036
2.01.05.02.04	Fornecedores - Partes Relacionadas	28.669	28.990
2.01.05.02.05	Cauções Contratuais de Fornecedores	11.445	10.987
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	4.970	4.927
2.01.05.02.07	Taxa de Fiscalização	1.177	1.132
2.01.06	Provisões	79.490	73.905
2.01.06.02	Outras Provisões	79.490	73.905
2.01.06.02.04	Provisão para investimentos em rodovias	31.901	31.734
2.01.06.02.05	Provisão para manutenção em rodovias	47.589	42.171
2.02	Passivo Não Circulante	1.088.711	1.085.530
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	630.134	638.049
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	562.574	572.308
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	562.574	572.308
2.02.01.02	Debêntures	67.560	65.741
2.02.02	Outras Obrigações	367.938	357.683
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	367.938	357.683
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	367.938	357.683
2.02.04	Provisões	90.639	89.798
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.785	4.366
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	918	663
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	864	749
2.02.04.01.05	Contingências Regulatórias	3.003	2.954
2.02.04.02	Outras Provisões	85.854	85.432
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	85.854	85.175
2.02.04.02.05	Provisão para investimentos em rodovias	0	257
2.03	Patrimônio Líquido	553.220	522.716
2.03.01	Capital Social Realizado	755.001	706.001
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-201.781	-183.285

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/01/0001 à 01/01/0001	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/0001 à 01/01/0001
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	0	115.954	0	81.133
3.01.01	Serviços Prestados	0	74.672	0	63.178
3.01.02	Receitas dos Serviços de Construção	0	44.814	0	21.136
3.01.03	Receitas Acessórias	0	3.455	0	2.765
3.01.04	Deduções dos Serviços Prestados	0	-6.987	0	-5.946
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	0	-107.587	0	-82.331
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	0	-62.773	0	-61.195
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	0	-44.814	0	-21.136
3.03	Resultado Bruto	0	8.367	0	-1.198
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	0	-5.952	0	-3.777
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	0	-6.272	0	-3.809
3.04.02.01	Remuneração da Administração	0	-604	0	-463
3.04.02.02	Despesas Gerais e Administrativas	0	-5.668	0	-3.346
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	320	0	32
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	0	2.415	0	-4.975
3.06	Resultado Financeiro	0	-30.437	0	-29.248
3.06.01	Receitas Financeiras	0	1.433	0	2.845
3.06.02	Despesas Financeiras	0	-31.870	0	-32.093
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	0	-28.022	0	-34.223
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	9.526	0	11.636
3.08.02	Diferido	0	9.526	0	11.636
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	0	-18.496	0	-22.587
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	0	-18.496	0	-22.587
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0	0,0253	0	0,0443

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/01/0001 à 01/01/0001	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/0001 à 01/01/0001
4.01	Lucro Líquido do Período	0	-18.496	0	-22.587
4.03	Resultado Abrangente do Período	0	-18.496	0	-22.587

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	17.727	9.121
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	33.456	26.538
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	-18.496	-22.587
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	25.823	21.242
6.01.01.03	Baixas de Ativos Permanentes	0	7
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-9.526	-11.635
6.01.01.06	Receitas com Aplicações Financeiras Vinculadas	-753	-365
6.01.01.07	Juros e Variações Monetárias sobre Mútuos	12.900	15.272
6.01.01.08	Juros e Variações Monetárias sobre Empréstimos	15.456	11.331
6.01.01.09	Juros e Variações Monetárias sobre Debêntures	1.194	2.418
6.01.01.10	Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	1.828	2.073
6.01.01.11	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	886	471
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	4.144	8.311
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-16.769	-17.157
6.01.02.01	Contas a receber - Ativo	3.243	-462
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas - Ativo	0	-1
6.01.02.03	Impostos a recuperar - Ativo	418	-2.996
6.01.02.05	Depósitos judiciais - Ativo	-28	-63
6.01.02.06	Fornecedores - Passivo	-5.852	-4.716
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas - Passivo	-399	1.911
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores - Passivo	376	-1.422
6.01.02.09	Obrigações sociais - Passivo	1.140	376
6.01.02.10	Obrigações fiscais - Passivo	-1.932	1.577
6.01.02.15	Outras contas a pagar - Passivo	254	780
6.01.02.18	Riscos cíveis trabalhistas e fiscais - Passivo	-467	-507
6.01.02.20	Pagamento de juros - federais - Passivo	-13.522	-11.634
6.01.03	Outros	1.040	-260
6.01.03.02	Despesas antecipadas - Ativo	-127	-398
6.01.03.04	Outros créditos - Ativo	44	86
6.01.03.05	Outras contas a receber - Ativo	1.123	52
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-48.085	-25.835
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-41	-31
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-48.895	-24.046
6.02.04	Aplicação financeira vinculada	-1.599	-1.758
6.02.05	Valor resgatado das aplicações vinculadas	2.450	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	39.164	16.472
6.03.02	Risco Sacado	2.435	0
6.03.03	Pagamentos de empréstimos - principal	-12.271	-11.528
6.03.15	Aumento de Capital	49.000	28.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	8.806	-242
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12.230	13.846
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	21.036	13.604

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	706.001	0	0	-183.285	0	522.716
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	706.001	0	0	-183.285	0	522.716
5.04	Transações de Capital com os Sócios	49.000	0	0	0	0	49.000
5.04.01	Aumentos de Capital	49.000	0	0	0	0	49.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-18.496	0	-18.496
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-18.496	0	-18.496
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	755.001	0	0	-201.781	0	553.220

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	473.001	0	0	-89.079	0	383.922
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	473.001	0	0	-89.079	0	383.922
5.04	Transações de Capital com os Sócios	28.000	0	0	0	0	28.000
5.04.01	Aumentos de Capital	28.000	0	0	0	0	28.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-22.587	0	-22.587
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-22.587	0	-22.587
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	501.001	0	0	-111.666	0	389.335

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2017 à 31/03/2017	Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	123.189	87.111
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	74.672	63.178
7.01.02	Outras Receitas	48.517	23.933
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	44.814	21.136
7.01.02.02	Outras Receitas	3.703	2.797
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-76.786	-53.959
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.959	-5.371
7.02.04	Outros	-70.827	-48.588
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-44.814	-21.136
7.02.04.02	Custo dos Serviços Prestados	-16.213	-14.030
7.02.04.03	Custo da Provisão para Manutenção	-4.144	-8.311
7.02.04.04	Custo da Concessão	-5.656	-5.111
7.03	Valor Adicionado Bruto	46.403	33.152
7.04	Retenções	-25.823	-21.242
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-25.823	-21.242
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	20.580	11.910
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.390	6.446
7.06.02	Receitas Financeiras	1.433	2.845
7.06.03	Outros	957	3.601
7.06.03.01	Juros Capitalizados	957	3.601
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	22.970	18.356
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	22.970	18.356
7.08.01	Pessoal	10.856	9.157
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.952	6.551
7.08.01.02	Benefícios	2.284	2.055
7.08.01.03	F.G.T.S.	620	551
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-2.400	-5.819
7.08.02.01	Federais	-6.252	-9.069
7.08.02.02	Estaduais	0	1
7.08.02.03	Municipais	3.852	3.249
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	20.110	22.333
7.08.03.01	Juros	16.651	9.676
7.08.03.02	Aluguéis	375	105
7.08.03.03	Outras	3.084	12.552
7.08.03.03.02	Juros Capitalizados BNDES	334	1.946
7.08.03.03.03	Juros Capitalizados Debêntures	623	1.655
7.08.03.03.04	AVP - Inv. Infra-Estrutura a Realizar Manutenção	1.958	1.429
7.08.03.03.05	AVP - Investimentos em Infraestrutura a Realizar	158	644
7.08.03.03.06	Outras	11	6.878
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-18.496	-22.587
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-18.496	-22.587
7.08.05	Outros	12.900	15.272
7.08.05.01	Juros Partes Relacionadas	12.900	15.272

Comentário do Desempenho**Autopista Fernão Dias**

Pouso Alegre, 15 de maio de 2017 – A Autopista Fernão Dias S.A. empresa do Grupo Arteris S.A., comenta seu resultado relativo ao primeiro trimestre de 2017(1T17), período encerrado em 31 de março de 2017. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO**Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes)**

No 1T17 o tráfego pedagiado foi de 35,5 milhões de veículos equivalentes. Em relação ao 1T16 houve um aumento de 1,2%. Os fatores que influenciaram no desempenho do tráfego estão relacionados principalmente à atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial.

Receita Operacional Bruta

No 1T17 a receita operacional bruta foi de R\$ 122,9 milhões contra R\$ 87 milhões no 1T16, aumento de 41,2%, impactada pelos seguintes motivos:

- Receita de pedágio acrescida em 18,2% decorrente do reajuste da tarifa em 16,7%. Além do aumento no tráfego pedagiado, conforme mencionado acima.
- Em função da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01, foi registrado no 1T17 como Receita de Obras R\$ 44,8 milhões ante R\$ 21,1 milhões no 1T16, (112%). Esse aumento foi em decorrência do maior volume de obras executadas ao longo da rodovia, tendo como contrapartida igual montante na rubrica “Custos dos Serviços de Construção”, eliminando assim qualquer efeito sobre o resultado.
- Já as receitas acessórias, advindas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$3,4 milhões, aumento de 25% em relação ao 1T16, referente à atualização pelo índice IPCA de alguns contratos vigentes, além da cobrança do aluguel do espaço para armazenamento de containers de um cliente em especial, contrato este, não vigente no 1T16.

Comentário do Desempenho**Autopista Fernão Dias****Custos e Despesas**

Os custos e despesas foram R\$ 87,7 milhões no 1T17 ante R\$ 64,9 milhões no 1T16, 35,2% maior em relação ao ano anterior. Nos Custos dos Serviços de Construção, houve um aumento de 112% se comparado ao mesmo período de 2016, sendo que este custo possui contrapartida como Receita de Obras, a fim de atender a Interpretação Técnica ICPC 01 e eliminando assim qualquer efeito sobre o resultado.

- Nos custos dos serviços prestados, houve um aumento de 3,8% equivalente a R\$ 1,2 milhão. Este aumento refere-se ao reajuste nos contratos de manutenção e conservação da rodovia, além do aumento da conservação do revestimento vegetal, devido ao período de chuvas.
- Nas despesas administrativas, houve aumento de 74% (R\$ 2,3 milhões) principalmente na rubrica de pessoal onde no 1T16 houve crédito de INSS a recuperar no valor de R\$ 1,3 milhão. No 1T17, ocorreram aumentos de contingências Jurídicas, gastos com consultorias, aluguel de veículo e outras.
- Na rubrica Provisão para manutenção, houve uma redução de 50% (R\$ 4,2 milhões) para o 1T17 em relação ao mesmo período do ano anterior. Devido à revisão da provisão frente à expectativa de manutenção na rodovia, segundo o contrato de concessão.

EBITDA e EBITDA Ajustado

- O EBITDA e o EBITDA Ajustado tiveram crescimento de 73,6% e 31,8%, respectivamente. Este aumento deve-se ao crescimento da receita, conforme mencionado anteriormente.
- Adicionalmente, destacamos que o EBITDA contempla a provisão para manutenção de rodovias, registrada em função da adoção do ICPC 01.

Resultado Financeiro

- O resultado financeiro líquido do 1T17 foi de R\$ 30,4 milhões negativos, R\$ 1,2 milhão maior, que o apurado no mesmo período do ano anterior, decorrente da redução de receitas financeiras, devido menor disponibilidade de recursos para aplicações financeiras.

Prejuízo do Período

- A Concessionária encerrou o 1T17 com prejuízo de R\$ 18,5 milhões contra o prejuízo de R\$ 22,6 milhões registrado no 1T16, 18,1% menor. Esta redução do prejuízo se deve principalmente ao aumento da receita de pedágio e acessória.

Comentário do Desempenho**Autopista Fernão Dias****Endividamento**

- O endividamento bruto da concessionária encerrou o 1T17 em R\$ 686,8 milhões ante R\$ 692,4 milhões registrados no 4T16. Essa redução de R\$ 8 milhões refere-se à amortização da dívida.
- O endividamento líquido da concessionária encerrou o 1T17 em R\$ 641,5 milhões ante R\$ 655,4 milhões registrados no 4T16. Essa redução se deve à amortização da dívida, já mencionado anteriormente e maior disponibilidade de caixa.

Investimentos

- No 1T17, foram investidos R\$ 48,9 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão, destacando-se principalmente a execução de terceiras faixas; manutenção do pavimento, implantação de trevo em desnível, implantação de dispositivos de Proteção e Segurança, implantação de sinalização, recuperação de terraplenos e estruturas de contenção e execução de sinistros/passivos ambientais.

Dividendos

Não houve dividendos pagos no período.

Comentário do Desempenho

Autopista Fernão Dias



Veículos Equivalentes	1T17	4T16	1T16	Var% 1T17/4T16	Var% 1T17/1T16
Fernão Dias	35.544	37.398	35.138	-5,0%	1,2%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)					
	1T17	4T16	1T16	Var% 1T17/4T16	Var% 1T17/1T16
RECETA OPERACIONAL BRUTA	122.941	128.013	87.079	-4,0%	41,2%
Receitas de pedágio	74.672	68.937	63.178	8,3%	18,2%
Receitas de obras	44.814	55.770	21.136	-19,6%	112,0%
Receitas acessórias	3.455	3.306	2.765	4,5%	25,0%
DEDUÇÕES DA RECETA	(6.987)	(6.464)	(5.946)	8,1%	17,5%
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	115.954	121.549	81.133	-4,6%	42,9%
CUSTOS E DESPESAS	(87.716)	(98.569)	(64.866)	-11,0%	35,2%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(33.107)	(32.120)	(31.910)	3,1%	3,8%
Custo dos serv. de construção	(44.814)	(55.770)	(21.136)	-19,6%	112,0%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(5.367)	(7.168)	(3.078)	-25,1%	74,4%
Remuneração da administração	(604)	(508)	(463)	18,9%	30,5%
Despesas tributárias	-	(9)	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(4.144)	(2.847)	(8.311)	45,6%	-50,1%
Outras receitas operacionais, líquidas	320	(147)	32	-317,7%	900,0%
EBITDA	28.238	22.980	16.267	22,9%	73,6%
Margem EBITDA	24,4%	18,9%	20,0%	-497,1%	171,5%
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(25.823)	(23.562)	(21.242)	9,6%	-17,7%
Depreciação de imobilizado	(190)	(175)	(112)	8,6%	69,6%
Amortização do intangível	(24.660)	(22.394)	(20.217)	10,1%	22,0%
Amortização do diferido	(973)	(993)	(913)	-2,0%	6,6%
RESULTADO FINANCEIRO	(30.437)	(31.606)	(29.248)	-3,7%	4,1%
Receitas financeiras	1.433	4.413	2.845	-67,5%	-49,6%
Despesas financeiras	(31.870)	(36.019)	(32.093)	-11,5%	-0,7%
PREJUÍZO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS	(28.022)	(32.188)	(34.223)	-12,9%	-18,1%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9.526	10.939	11.636	-12,9%	-18,1%
Corrente	-	-	-	-	-
Diferido	9.526	10.939	11.636	-12,9%	-18,1%
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(18.496)	(21.249)	(22.587)	-13,0%	-18,1%

EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)					
	1T17	4T16	1T16	Var% 1T17/4T16	Var% 1T17/1T16
EBITDA ¹	28.238	22.980	16.267	22,9%	73,6%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	4.144	2.847	8.311	45,6%	-50,1%
EBITDA Ajustado ²	32.382	25.827	24.578	25,4%	31,8%

¹) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

²) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01

A Autopista Fernão Dias S/A é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os [websites www.arteris.com.br](http://www.arteris.com.br) e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações”).

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Informações Trimestrais para o Trimestre Findo
em 31 de Março de 2017

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTE AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017****(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fernão Dias S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, situada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, na Rodovia Fernão Dias, BR 381, Km 850,5. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-381 - SP/MG, compreendendo o trecho entre São Paulo e Belo Horizonte, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 15 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 31 de março de 2017 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$162.239 (R\$167.473 em 31 de dezembro de 2016).

A geração de caixa, somada capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo é adequada para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulantes, e manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, através da evolução do tráfego pedagiado e reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por recursos captados no mercado de capitais através da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários, a Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

No trimestre findo em 31 de março de 2017 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 12 de maio de 2017.

2. CONCESSÕES

No trimestre findo em 31 de março de 2017 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, exceto pelo mencionado abaixo:

Notas Explicativas

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$7.916. A partir de 31 de março de 2017 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$125.337 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

A Sociedade estima em 31 de março de 2017 o montante de R\$530,456 (R\$569.028 em 31 de dezembro de 2016) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$669.039 (R\$661.198 em 31 de dezembro de 2016) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estas obras estão estimadas em R\$107.902.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

A Sociedade celebrou Termo de Ajuste de Conduta ("TAC"), com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início da concessão até 22 de setembro de 2014.

Em decorrência da assinatura deste TAC, a Sociedade, realizará o equivalente à R\$28,2 milhões em novas obras não previstas no contrato de concessão, que trarão melhorias, segurança e conforto aos usuários, na rodovia objeto de sua concessão. Parte dessas obras já estão em andamento e as demais estão no processo de projeto, orçamento e análise da ANTT

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2017, aprovadas em 15 de março de 2017 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2017, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Caixa e contas bancárias	2.660	2.784
Aplicações financeiras (*)	18.376	9.446
Total	<u>21.036</u>	<u>12.230</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Debêntures compromissadas	13	32
Fundos de investimentos	18.363	9.414
Total	<u>18.376</u>	<u>9.446</u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 100,14% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	12.006	12.426	-
Cartões de pedágio a receber	919	711	-
Receitas acessórias a receber (a)	9.798	12.750	1.123
Total	<u>22.723</u>	<u>25.887</u>	<u>1.123</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 25.c).

(a) Receita acessória referente ao uso da faixa de domínio para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos.

Notas Explicativas

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2017. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal**

A reconciliação entre a taxa efetiva e taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações de resultado referentes aos períodos findos em 31 de março de 2017 e de 2016 é como segue:

	31.03.2017	31.03.2016
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(28.022)	(34.223)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de receita de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	9.527	11.636
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças temporárias	(1)	-
Total	<u>9.526</u>	<u>11.636</u>
Crédito contabilizado	9.526	11.636
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	<u>9.526</u>	<u>11.636</u>
	<u>9.526</u>	<u>11.636</u>

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

<u>Ativo não circulante</u>	<u>31.03.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Bases do ativo diferido:</u>		
Prejuízo fiscal (a)	244.623	225.216
Provisão de participação nos lucros	3.047	2.307
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	4.785	4.366
Outras Provisões	1.860	1.858
Provisão para manutenção de rodovias	133.443	127.346
Amortização acumulada de obras futuras	6.521	6.085
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	1.953	1.967
Ajuste dos encargos financeiros (receitas acessórias)	148	227
Ajuste dos encargos financeiros (risco sacado)	(37)	-
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Estorno de capitalização de juros	587	587
Amortização estorno de capitalização de juros	(73)	(65)
Base de cálculo ativa	396.857	369.894
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>134.931</u>	<u>125.764</u>
<u>Bases do passivo diferido:</u>		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(76.678)	(76.678)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	9.497	8.442
Base de cálculo passiva	(67.181)	(68.236)
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<u>(22.842)</u>	<u>(23.200)</u>
Base de cálculo	329.676	301.658
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>112.090</u>	<u>102.564</u>

- (a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

Notas Explicativas

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos ativos não circulante</u>	
2017	8.897
2018	8.897
2019	8.897
2020	8.897
Após 2021	99.343
	<u>134.931</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta pagamento de instituição financeira 51% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de março de 2017 o saldo é de R\$24.260 (R\$24.767 em 31 de dezembro de 2016), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 100,14% da variação do CDI.

9. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2016	2.325	1.067	3.769	1.785	8.946
Adições	14	-	1	26	41
Transferências/Reclassificações	9	-	-	13	22
Saldo em 31.03.2017	<u>2.348</u>	<u>1.067</u>	<u>3.770</u>	<u>1.824</u>	<u>9.009</u>
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2016	(348)	(662)	(2.760)	(561)	(4.331)
Depreciações	(56)	(11)	(85)	(38)	(190)
Saldo em 31.03.2017	<u>(404)</u>	<u>(673)</u>	<u>(2.845)</u>	<u>(599)</u>	<u>(4.521)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.977	405	1.009	1.224	4.615
Saldo em 31.03.2017	1.944	394	925	1.225	4.488
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	

	Móveis, Utensílios e Instalações	Computadores e Periféricos	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2015	454	1.067	3.260	1.085	5.866
Adições	2	-	-	29	31
Alienações/baixas	-	-	(37)	-	(37)
Saldo em 31.03.2016	<u>456</u>	<u>1.067</u>	<u>3.223</u>	<u>1.114</u>	<u>5.860</u>
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2015	(260)	(591)	(2.523)	(441)	(3.815)
Depreciações	(11)	(18)	(55)	(27)	(111)
Alienações/baixas	-	-	30	-	30
Saldo em 31.03.2016	<u>(271)</u>	<u>(609)</u>	<u>(2.548)</u>	<u>(468)</u>	<u>(3.896)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2015	194	476	737	644	2.051
Saldo em 31.03.2016	185	458	675	646	1.964
Taxas de depreciação - a.a.	10%	4%	20%	20%	

10. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.849.153	2.967	37.358	649	1.890.127
Adições	35.016	-	10.693	-	45.709
Transferências/Reclassificações	3.109	-	(3.131)	-	(22)
Saldo em 31.03.2017	<u>1.887.278</u>	<u>2.967</u>	<u>44.920</u>	<u>649</u>	<u>1.935.814</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2016	(279.542)	(1.542)	-	-	(281.084)
Amortizações	(24.547)	(113)	-	-	(24.660)
Saldo em 31.03.2017	<u>(304.089)</u>	<u>(1.655)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(305.744)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.569.611	1.425	37.358	649	1.609.043
Saldo em 31.03.2017	1.583.189	1.312	44.920	649	1.630.070
Taxas de amortização - a.a.	4%	20%			

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2015	1.549.099	2.051	188.688	69	1.739.907
Adições	12.671	68	12.067	-	24.806
Transferências / Reclassificações	27.652	-	(27.652)	-	-
Alienações/baixas	-	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2016	<u>1.589.422</u>	<u>2.119</u>	<u>173.103</u>	<u>69</u>	<u>1.764.713</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2015	(193.528)	(1.113)	-	-	(194.641)
Amortizações	(20.146)	(72)	-	-	(20.218)
Saldo em 31.03.2016	<u>(213.674)</u>	<u>(1.185)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(214.859)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2015	1.355.571	938	188.688	69	1.545.266
Saldo em 31.03.2016	1.375.748	934	173.103	69	1.549.854
Taxas de amortização - a.a.	3,29%	20%			

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se a obras em andamento tendo como a principal a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2016.

No período findo em 31 de março de 2017, a Sociedade capitalizou o montante de R\$957 (R\$3.601 em 31 de março de 2016) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em 2017 foi de 0,85% a.a. e 1,22% a.a. em 2016.

Notas Explicativas**11. DIFERIDO**

É representado por:

	31.03.2017	31.12.2016
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	6.576	6.576
Consumo	8.659	8.659
Custos contratuais da concessão	8.876	8.876
Depreciações e amortizações	103	103
Conservação da rodovia	9.473	9.473
Serviços de terceiros	1.837	1.837
Tributários	2.229	2.229
Resultados financeiros	(690)	(690)
Outros gastos	2	2
	<u>37.065</u>	<u>37.065</u>
Amortização acumulada	<u>(30.581)</u>	<u>(29.608)</u>
	<u>6.484</u>	<u>7.457</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	31.03.2017		31.12.2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<u>Moeda Local</u>				
Financiamento de equipamentos – (FINAME) (a)	235	292	235	351
Financiamento de investimentos (BNDES) (b)	54.476	565.990	54.655	575.755
Risco sacado (c)	2.398	-	-	-
	<u>57.109</u>	<u>566.282</u>	<u>54.890</u>	<u>576.106</u>
Custo de transação	(418)	(3.708)	(490)	(3.798)
	<u>56.691</u>	<u>562.574</u>	<u>54.400</u>	<u>572.308</u>

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

A composição dos empréstimos é como segue:

Referência	Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.03.2017	31.12.2016
(a)	Real	Finame	6% a.a.	jun/19	Próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias	527	586
(b)	Real	BNDES	TJLP+2,21%	mar/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	543.875	554.201
(b)	Real	BNDES	TJLP+3,25%	dez/29	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	76.591	76.209
(c)	Real	Risco sacado	1,33% a.m.	mai/17	Aval acionista	2.398	-
						<u>623.391</u>	<u>630.996</u>

Em 31 de março de 2017, o saldo de R\$2.398 (Não havia saldo em 31 de dezembro de 2016) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada “risco sacado”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$15.000 e taxa média de 1,33% ao mês.

Em 31 de março de 2017, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2018	41.979
2019	61.780
2020	70.441
2021	76.826
A partir de 2022	<u>315.256</u>
	<u>566.282</u>

O item “h” das cláusulas restritivas do contrato firmado com o BNDES prevê que:

A Sociedade não deve realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Notas Explicativas

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

Em 31 de março de 2017 a Sociedade apresenta seu índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD abaixo de 1,3. No entanto, em 16 de dezembro de 2016 o BNDES autorizou a quitação, pela Sociedade de mútuos no valor de R\$100.000 e dessa forma, devolver os recursos para Controladora.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

	31.03.2017		31.12.2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures	-	67.752	-	65.935
Custo de transação	(20)	(192)	(22)	(194)
Total	(20)	67.560	(22)	65.741

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.03.2017	31.12.2016
4ª emissão - Série única	65.000	IPCA+7,52% a.a.	set/26	67.752	65.935

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor nominal unitário</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor subscrito</u>
4ª emissão Única Série	15.05.2016	65.000	1.000	14.11.2016	67.540

As debêntures da 4ª emissão da Sociedade são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

Em 31 de março de 2017 a Sociedade, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de março de 2017, o saldo de R\$17.318, (R\$25.477 em 31 de dezembro de 2016), refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$11.445 (R\$10.987 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Estes saldos estão relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 e as transações realizadas em 31 de março de 2017 e de 2016, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

<u>Passivo circulante</u>	<u>31.03.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Controladora</u>		
Debêntures:		
Debêntures - Arteris S.A. (c)	24.464	23.755
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A (a)	874	1.520
<u>Coligadas</u>		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	3.331	3.715
Total	28.669	28.990
<u>Passivo não circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	367.938	357.683
Total	367.938	357.683

<u>Contas de Resultado:</u>	TRIMESTRE					
	31.03.2017			31.03.2016		
	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (d)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (d)	Despesas gerais (a)
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	12.900	1.678	-	15.272	1.221
<u>Coligadas</u>						
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	2.591	-	-	2.119	-	-
Total	2.591	12.900	1.678	2.119	15.272	1.221

- (a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da Holding, baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, afim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.
- (b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- (c) Decorrentes da 3ª emissão de debêntures, de série única, não conversíveis em ações, celebradas com a Arteris S.A, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros previsto para 19 de agosto de 2017.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.03.2017		31.12.2016	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
19.08.2015	21.08.2017	CDI + 1,500% a.a.	20.000	4.464	20.000	3.755
			20.000	4.464	20.000	3.755

- (d) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos de 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2019, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.03.2017		31.12.2016	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
27.10.2008	31.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	8.022	247	8.022	23
05.11.2008	31.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	17.000	21.170	17.000	20.132
28.11.2008	31.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	12.000	14.737	12.000	14.009
05.12.2008	31.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	16.000	19.567	16.000	18.599
19.12.2008	31.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	16.000	6.512	16.000	5.899
08.02.2013	31.12.2019	CDI + 1,700% a.a.	50.000	28.421	50.000	26.181
24.06.2013	31.12.2019	CDI + 1,700% a.a.	25.000	13.175	25.000	12.085
15.01.2014	31.12.2019	CDI + 1,400% a.a.	45.000	19.842	45.000	18.031
25.06.2014	31.12.2019	CDI + 1,400% a.a.	40.000	15.245	40.000	13.702
			229.022	138.916	229.022	128.661

No decorrer do período findo em 31 de março de 2017, a Sociedade reconheceu o montante de R\$293 a título de remuneração e encargos de seus administradores, adicionado de R\$311 relativos ao rateio da Holding, que totalizam R\$604 (R\$463 em 31 de março de 2016), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 18 de abril de 2017, sendo a remuneração global anual de até R\$1.000. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados programa de participação no resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o Programa de Participação nos Resultados (PPR) registrados em 31 de março de

Notas Explicativas

2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$3.047 e R\$2.307.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

17. PROVISÕES**Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios**

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 31 de março de 2017 e de 2016 é conforme segue:

	31.12.2016	Adições	Reversões	Pagamentos	31.03.2017
Cíveis	749	687	(105)	(467)	864
Trabalhistas	663	320	(65)	-	918
Regulatórios (*)	2.954	49	-	-	3.003
Total	4.366	1.056	(170)	(467)	4.785

	31.12.2015	Adições	Reversões	Pagamentos	31.03.2016
Cíveis	304	427	(35)	(365)	331
Trabalhistas	250	79	-	(142)	187
Total	554	506	(35)	(507)	518

(*) A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Na última revisão realizada pelos assessores jurídicos da Sociedade houve mudança

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

do prognóstico em decorrência de alterações circunstanciais atreladas aos processos sancionatórios, para os quais a Sociedade entende ser necessária a constituição de provisão. Em 31 de março de 2017, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$3.003 (R\$2.954 em 31 de dezembro de 2016).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas e regulatórios ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$3.442 em 31 de março de 2017 (R\$816 em 31 de dezembro de 2016).

Os depósitos judiciais no montante de R\$19.557 em 31 de março de 2017 (R\$18.475 em 31 de dezembro de 2016) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por autos de infração impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos na rodovia é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimento durante os períodos findos em 31 de março de 2017 e de 2016 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2016	31.734	42.171	257	85.175
Adições/Reversões	-	(2.101)	-	6.245
Utilizações	(75)	(6)	-	-
Ajuste a valor presente	(15)	-	-	1.959
Transferências	257	7.525	(257)	(7.525)
Saldo em 31.03.2017	31.901	47.589	-	85.854

	Circulante		Não circulante	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2015	10.733	-	30.666	93.091
Adições	-	2.828	-	5.483
Utilizações	(61)	-	-	-
Ajuste a valor presente	645	-	-	1.428
Transferências (a)	5.070	54	(5.070)	(54)
Saldo em 31.03.2016	16.387	2.882	25.596	99.948

Notas Explicativas

- (a) Refere-se à reversão de provisão dos investimentos futuros em sistema de pesagem móvel, conforme ofício expedido pela ANTT número 431/2016/GEINV/SUINF de 12 de abril de 2016, contendo o parecer técnico número 078/2016/GEINV/SUINF.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social subscrito em 31 de março de 2017 é de R\$755.001(R\$726.001 em 31 de dezembro de 2016), integralizado pelo valor de R\$755.001 (R\$726.001 em 31 de dezembro de 2016), composto por 926.430.737 ações ordinárias e sem valor nominal (878.955.396 em 31 de dezembro de 2016).

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
20.07.2016 (*)	AGE	Dinheiro	-	-	20.000
20.02.2017	AGE	Dinheiro	42.483.660	26.000	26.000
20.03.2017	AGE	Dinheiro	4.991.681	3.000	3.000
			<u>47.475.341</u>	<u>29.000</u>	<u>49.000</u>

(*) No decorrer do período findo em 31 de março 2017 ocorreram integralizações de capital referente à Ata constituída em 20.07.2016 no montante de R\$20.000.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

19. RECEITAS

Estão representadas por:

	31.03.2017	31.03.2016
Receita de serviços prestados	74.672	63.178
Receita de serviços de construção	44.814	21.136
Outras receitas	3.455	2.765
	<u>122.941</u>	<u>87.079</u>

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	31.03.2017	31.03.2016
Receita bruta	122.941	87.079
ISSQN	(3.843)	(3.250)
PIS	(547)	(457)
COFINS	(2.526)	(2.109)
Outras deduções	(71)	(130)
Receita líquida	<u>115.954</u>	<u>81.133</u>

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	31.03.2017	31.03.2016
Despesas:		
Com pessoal	(2.567)	(1.170)
Serviços de terceiros	(488)	(412)
Manutenção de bens e conservação	(247)	(145)
Depreciação / Amortização	(301)	(268)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(886)	(471)
Comunicação e marketing	(164)	(123)
Seguros/Garantias	3	(3)
Consumo	(219)	(241)
Transportes	(214)	(138)
Outros	(585)	(375)
Total	<u>(5.668)</u>	<u>(3.346)</u>

Notas Explicativas

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Custos:		
Custos de serviços da construção	(44.814)	(21.136)
Com pessoal	(7.689)	(7.523)
Serviços de terceiros	(7.918)	(7.206)
Conservação	(6.747)	(6.136)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(605)	(468)
Consumo	(2.014)	(2.505)
Transportes	(2.170)	(2.084)
Verba de fiscalização	(3.530)	(3.299)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(647)	(10)
Seguros / Garantias	(870)	(1.086)
Provisão de manutenção em rodovias	(4.144)	(8.311)
Depreciação / Amortização	(25.522)	(20.974)
Outros	(917)	(1.593)
Total	<u>(107.587)</u>	<u>(82.331)</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	1.124	1.016
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	-	442
Outras receitas	309	1.387
Total	<u>1.433</u>	<u>2.845</u>

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(29.550)	(29.021)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(1.828)	(2.073)
Outras despesas	(492)	(999)
Total	<u>(31.870)</u>	<u>(32.093)</u>

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	13.422	11.333
Juros capitalizados	957	3.601
	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do período	(17.565)	(14.172)

23. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito através da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo do período	(18.496)	(22.587)
Número de ações durante período	<u>731.297</u>	<u>509.397</u>
Prejuízo por ação	<u>(0,0253)</u>	<u>(0,0443)</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 31 de março de 2017 e de 2016, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

Notas Explicativas**24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

	Nível	31.03.2017			31.12.2016		
		Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	-	21.036	-	-	12.230	-
Contas a receber clientes	Nível 2	22.876	-	-	27.010	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	-	24.260	-	-	24.767	-
Outras contas a receber	Nível 2	217	-	-	261	-	-
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	-	28.763	-	-	36.464
Risco sacado	Nível 2	-	-	2.398	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	-	616.867	-	-	626.708
Debêntures	Nível 2	-	-	67.560	-	-	65.719
Partes relacionadas	Nível 2	-	-	396.607	-	-	386.673
Taxa de fiscalização	Nível 2	-	-	1.177	-	-	1.132
Outras contas a pagar	Nível 2	-	-	4.970	-	-	4.927
		<u>23.093</u>	<u>45.296</u>	<u>1.118.342</u>	<u>27.271</u>	<u>36.997</u>	<u>1.121.623</u>

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Empréstimos e recebíveis

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Ativo financeiro mantido até o vencimento

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixado e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo conselho monetário nacional (CMN).

25. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado**a) Exposição a riscos cambiais**

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro 2016, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de março de 2017, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e de mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	8,50%	10,63%	12,75%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(37.855)	(47.313)	(56.768)
Receita de aplicações financeiras	2.899	3.624	4.349
Juros a incorrer líquido(*)	(34.956)	(43.689)	(52.419)
TJLP	7,00%	8,75%	10,50%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(43.470)	(54.337)	(65.204)
Juros a incorrer líquido(*)	(43.470)	(54.337)	(65.204)
Juros a incorrer (*)	<u>(78.426)</u>	<u>(98.026)</u>	<u>(117.623)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Notas Explicativas

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de março de 2017 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$12.006 (R\$12.426 em 31 de dezembro de 2016) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2017	2018	2019	2020	A partir de 2021	Total
Debêntures - IPCA	12,28%	-	3.004	3.004	5.972	96.913	108.893
Finame	6,00%	195	248	119	-	-	562
BNDES Automático	9,05%	77.662	103.548	105.597	107.999	485.709	880.515
		<u>77.857</u>	<u>106.800</u>	<u>108.720</u>	<u>113.971</u>	<u>582.622</u>	<u>989.970</u>

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01/04 a 30/06/2017	01/07 a 30/09/2017	01/10 a 31/12/2017	31/01 a 31/03/2018	Total
Debêntures - IPCA	12,28%	-	-	-	-	-
Finame	6,00%	66	66	64	63	259
BNDES Automático	9,05%	25.887	25.887	25.887	25.887	103.548
		<u>25.953</u>	<u>25.953</u>	<u>25.951</u>	<u>25.950</u>	<u>103.807</u>

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de março de 2017, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	165.062

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de março de 2017 e de 31 de dezembro de 2016 é de R\$3.155.

Notas Explicativas

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Abaixo relação de aumentos de capital ocorridos na Sociedade:

Data	Aprovação	Forma integralização	Ações emitidas	Valor	Valor integralizado
18.04.2017	AGE	Dinheiro	6.655.574	4.000	4.000
18.04.2017	AGE	Dinheiro	36.605.657	22.000	12.000
28.04.2017	AGE	Mútuos/Debêntures	681.695.828	395.384	395.384
				<u>421.384</u>	<u>411.384</u>

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Autopista Fernão Dias S.A.
Pouso Alegre - MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autopista Fernão Dias S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 12 de maio de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador
CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria Parecer

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S.A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Thouché Tohmatsu Auditores Independentes.

Declaração da Diretoria DF's

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S.A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de março de 2017.

Diretoria

David Antonio Diaz Almazán
Diretor Presidente

Juan-Gabriel Lopez Moreno
Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Diretora Jurídica

Helvécio Tamm de Lima Filho
Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03 informamos que, no período findo em 31 de março de 2017, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.